

RELATÓRIO DA CONSULTA PÚBLICA

N.º 1/2017

Projeto de norma regulamentar que estabelece os procedimentos de registo, junto da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, das pessoas que dirigem efetivamente a empresa, a fiscalizam ou são responsáveis por funções-chave e do atuário responsável

18 de maio de 2017

1. INTRODUÇÃO E ENQUADRAMENTO

O n.º 1 do artigo 43.º do regime jurídico de acesso e exercício da atividade seguradora e resseguradora (RJASR), aprovado pela Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro, estabelece o dever de registo junto da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) dos membros do órgão de administração e das demais pessoas que dirigem efetivamente a empresa de seguros ou de resseguros, dos membros do órgão de fiscalização e do revisor oficial de contas a quem compete emitir a certificação legal de contas, dos diretores de topo e dos responsáveis por funções-chave, sendo que, no caso de serem eleitos ou designados para os órgãos de administração ou de fiscalização ou como revisor oficial de contas pessoas coletivas, devem ser registadas as pessoas singulares por estas designadas para o exercício da função (cf. n.º 9 do artigo 43.º do RJASR). O n.º 12 do artigo 43.º do RJASR prevê a regulamentação deste registo pela ASF.

Por sua vez, o n.º 5 do artigo 77.º do RJASR estabelece a obrigação de registo do atuário responsável das empresas de seguros ou de resseguros, estando prevista nas alíneas d) e e) do n.º 11 da mesma disposição a regulamentação pela ASF dos elementos sujeitos a registo e dos documentos que suportam os elementos a registar.

Por força do n.º 11 do artigo 43.º, da alínea c) do n.º 1 do artigo 222.º e das alíneas c) e d) do n.º 2 do artigo 232.º do RJASR, às sucursais de uma empresa de seguros ou de resseguros de um país terceiro que exerçam a sua atividade em território português é extensível o dever de registo do mandatário geral e respetivo substituto, do revisor oficial de contas a quem compete emitir a certificação legal de contas, dos diretores de topo, dos responsáveis por funções-chave e do atuário responsável.

Adicionalmente, a alínea d) do artigo 183.º e o n.º 1 do artigo 192.º do RJASR preveem o dever de as empresas de seguros e de resseguros com sede em Portugal que pretendam estabelecer uma sucursal no território de outro Estado membro comunicarem à ASF, entre outros elementos relativos ao mandatário geral da sucursal, a documentação prevista no artigo 43.º do RJASR e respetiva regulamentação. A mesma obrigação aplica-se às empresas de seguros e de resseguros com sede em Portugal que pretendam estabelecer uma sucursal ou

outra forma de representação fora do território da União Europeia, nos termos do artigo 195.º do RJASR.

No domínio dos grupos seguradores e resseguradores, importa considerar que nos termos da alínea d) do artigo 285.º do RJASR cabe ao supervisor do grupo a avaliação do cumprimento, pelos membros do órgão de administração e de fiscalização da empresa participante, dos requisitos de qualificação e idoneidade, determinando o n.º 1 do artigo 283.º do RJASR a aplicação ao nível do grupo dos requisitos estabelecidos nos artigos 63.º a 80.º, com as necessárias adaptações.

Por último, a alínea b) do n.º 2 do artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 12/2006, de 20 de janeiro, republicado pela Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro, determina que são aplicáveis às sociedades gestoras de fundos de pensões as disposições do RJASR relativas ao registo das pessoas que dirigem efetivamente a empresa, a fiscalizam ou são responsáveis por funções-chave.

Nestes termos, pela presente norma regulamentar estabelecem-se os procedimentos de registo, junto da ASF, das pessoas que dirigem efetivamente a empresa, a fiscalizam ou são responsáveis por funções-chave e do atuário responsável, conforme descrito.

A elaboração desta iniciativa regulatória teve por base o disposto na Norma Regulamentar n.º 16/2010-R, de 11 de novembro, cujo conteúdo foi adaptado ao novo regime jurídico aplicável à atividade seguradora e resseguradora.

A consulta pública decorreu entre os dias 25 de janeiro e 15 de fevereiro de 2017, tendo sido recebidas duas respostas.

A ASF agradece as respostas ao processo de consulta pública.

II — Síntese das principais questões suscitadas e dos fundamentos para a decisão da ASF quanto ao respetivo acolhimento

Apresenta-se seguidamente uma síntese das principais questões suscitadas nas respostas e comentários à consulta pública, bem como os fundamentos para o respetivo

acolhimento total/acolhimento parcial/não acolhimento das sugestões efetuadas na versão final da Norma Regulamentar n.º 3/2017-R, de 18 de maio.

Comentários gerais

1.1 Uma das entidades transmitiu ter sido o projeto de norma regulamentar bem acolhido e entendido com um passo necessário à implementação efetiva do novo RJASR.

1.2 Foi igualmente registado como muito positivo o exercício de avaliação de impacto realizado e a partilha dos respetivos resultados no contexto do documento de consulta.

1.3 Também foi dada nota que o conteúdo do projeto de norma regulamentar se encontra em linha com os procedimentos e exigências praticadas pelos restantes supervisores financeiros em matéria de elementos necessários ao registo e critérios de adequação das pessoas que dirigem efetivamente a empresa, a fiscalizam ou são responsáveis por funções-chave, dando continuidade às preocupações de convergência e consistência presentes na iniciativa “*Better Regulation* do Sector Financeiro do Conselho Nacional de Supervisores Financeiros”.

1.4 Um dos comentários genéricos ao projeto de norma regulamentar reflete uma preocupação relativa à possibilidade de a informação recolhida ao abrigo do diploma poder vir a ser tornada pública, solicitando-se esclarecimentos quanto ao grau de publicidade que irá ser atribuída à informação em causa.

A este propósito, a ASF esclarece que a informação recebida ao abrigo da norma regulamentar não se encontra sujeita a divulgação pública. No entanto, cumpre igualmente assinalar que a referida informação pode vir a ser objeto do regime legal de troca de informações previsto nos artigos 32.º e seguintes do RJASR.

1.5 Numa das respostas assinalou-se que a gestão do processo administrativo inerente aos requisitos da norma regulamentar exigirá um esforço adicional para alterar processos e, em muitos casos, o estabelecimento de estruturas adicionais de apoio, o que terá como consequência um aumento nos custos suportados pelas entidades. Tendo este facto em consideração, foi sugerido que os prazos definidos no projeto de norma regulamentar, em

particular o prazo de 15 dias, sejam alargados para, no mínimo, 30 dias, por se entender que podem ser demasiado apertados e onerosos para as entidades.

Os prazos de 15 dias estão previstos na norma regulamentar para comunicação de factos supervenientes que alteram as informações anteriormente prestadas no processo de registo. Cabe referir que o n.º 1 do artigo 45.º do RJASR determina que as empresas de seguros ou de resseguros ou as pessoas a quem os factos respeitarem, comuniquem à ASF, logo que deles tomem conhecimento, quaisquer factos supervenientes ao registo que possam afetar os requisitos de idoneidade, qualificação profissional, independência ou disponibilidade da pessoa registada. Considera-se que um prazo superior a 15 dias não cumpriria a exigência legal de comunicação “logo que haja conhecimento”. Embora nem todas as alterações a comunicar se enquadrem no n.º 1 do artigo 45.º, julga-se não existir razões para prever prazos distintos para comunicar as alterações que não afetem os requisitos de registo, até porque, em regra, se revestirão de menor complexidade.

Comentários específicos

2. Âmbito de aplicação

Foi solicitada confirmação de que são apenas sujeitas a processo de registo as pessoas que exerçam o cargo de responsáveis por funções-chave. Confirma-se o entendimento de que, de acordo com a alínea c) do n.º 1 do artigo 43.º do RJASR, apenas estão sujeitos a registo junto da ASF os responsáveis por funções-chave, embora se apliquem igualmente às pessoas que exercem funções-chave os requisitos de adequação previstos no artigo 65.º do RJASR (as quais estão sujeitas à avaliação nos termos do artigo 66.º do RJASR, com vista à verificação do cumprimento dos requisitos de qualificação e idoneidade fixados pelos artigos 67.º e 68.º do RJASR).

3. Documentos que suportam os elementos a registar

3.1 No que se refere ao disposto na **alínea b) do n.º 1 do artigo 3.º**, que permite que o reconhecimento da assinatura aposta pelo requerente no questionário seja substituído por fotocópia simples do documento de identificação da pessoa sujeita a registo, com menção expressa da autorização do uso deste meio para confirmar a respetiva identidade, embora tenha sido assinalado o ensejo da ASF no sentido de adequar os procedimentos ao regime legal aplicável ao cartão do cidadão, foi sugerida uma revisão da declaração constante do anexo I que garanta a conformidade com as regras de obtenção do consentimento do titular, de acordo com a jurisprudência do Tribunal de Justiça da União Europeia, vertida no Regulamento Geral sobre Proteção de Dados e perfilhada pela Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd).

Importa sublinhar que a possibilidade de utilização deste meio para comprovação da identidade da pessoa sujeita a registo, visa facultar uma alternativa menos onerosa ao interessado que evite a comprovação presencial da identidade ou a necessidade de reconhecimento da assinatura. No entanto, nada impede que o interessado opte por outra alternativa para confirmar a respetiva identidade.

Não obstante, considerou a ASF pertinente conferir maior robustez e transparência ao regime de autorização de tratamento de dados e, concomitantemente, de autorização para a utilização da cópia do cartão do cidadão como meio para confirmar a identidade, aditando ao anexo I, em conformidade, um novo quadro para esse efeito.

3.2 Foi solicitado o esclarecimento sobre se, no âmbito da **alínea b) do n.º 1 do artigo 3.º**, a menção expressa da autorização do uso de cópia do documento de identificação como meio de confirmar a identidade da pessoa sujeita a registo é extensiva a documentos equivalentes ao bilhete de identidade ou ao cartão do cidadão. Ainda que a previsão desta autorização resulte essencialmente do enquadramento legal geral aplicável ao cartão do cidadão, considera a ASF existir uma identidade de razão subjacente à solicitação deste consentimento, pelo que não se afigura de restringir apenas a alguns dos documentos de identificação, dado que todos cumprem a mesma finalidade.

3.3 Numa das respostas sugeriu-se que fosse clarificada a redação da **alínea e) do n.º 1 do artigo 3.º** no sentido de confirmar que o conteúdo do anexo II da norma regulamentar

corresponde aos requisitos mínimos de avaliação coletiva de órgãos colegiais, aliás, em correlação com o respetivo título. Cabe referir que se pretende que o modelo de avaliação coletiva de órgãos colegiais constante do anexo II tenha natureza meramente supletiva, por forma a permitir que, se considerado adequado, as entidades ajustem o respetivo modelo de avaliação à política interna aprovada nos termos do n.º 2 do artigo 66.º do RJASR.

Assim, os requisitos mínimos a avaliar estão previstos na própria alínea e) do n.º 1 do artigo 3.º e, embora naturalmente o modelo constante do anexo II possa servir de referencial, o respetivo conteúdo não é imperativo.

Com o objetivo de clarificar este regime, alterou-se em conformidade o título do anexo II.

3.4 Ainda relativamente ao disposto na **alínea e) do n.º 1 do artigo 3.º**, foi solicitado esclarecimento sobre se é obrigatório o envio do anexo II ou se é possível que, no relatório de avaliação da pessoa sujeita a registo, se faça menção expressa às conclusões decorrentes da apreciação coletiva do órgão colegial.

No caso em apreço, a ASF pretende receber a apreciação coletiva do órgão colegial do qual faz parte o membro sujeito a registo e não apenas as conclusões dessa apreciação coletiva. Não obstante, como resulta do disposto na alínea e) do n.º 1 do artigo 3.º, não é obrigatório o envio à ASF do anexo II, exceto se as entidades não dispuserem de modelo próprio. Não sendo este o caso, devem as entidades proceder ao envio de um documento autónomo contendo a apreciação coletiva do órgão colegial.

3.5 Foi acolhida a sugestão de, em alternativa ao envio do relatório de transparência referido na **alínea f) do n.º 1 do artigo 3.º**, ser indicada a hiperligação para o sítio da Internet em que se encontra publicado.

3.6 Adicionalmente, foi questionada a forma de dar cumprimento ao disposto na **alínea f) do n.º 1 do artigo 3.º** quanto ao envio do documento de recomendação justificada emitido pelo órgão de fiscalização, nos termos da alínea f) do n.º 3 do artigo 3.º da Lei n.º 148/2015, de 9 de setembro, quando se trate de uma situação de fim de mandato ou em que se encontre em curso o registo inicial de órgãos de administração e de fiscalização. Admitindo que, em situações específicas, possa não ser possível a apresentação do documento de recomendação justificada,

a norma regulamentar passa a prever que, nessas circunstâncias, seja apresentada a indicação das razões para a falta de emissão.

3.7 Solicitaram-se esclarecimentos relativamente à expressão “dos termos em que a mesma [subcontratação] deva ocorrer” [**alínea g) do n.º 1 do artigo 3.º**], designadamente se tais termos não resultarão das cláusulas fixadas no contrato ou se será necessário produzir-se algum outro documento que formalize os termos da subcontratação por forma a instruir o requerimento. Reconhecendo a pertinência deste comentário, a ASF considera que, atendendo ao conteúdo mínimo obrigatório do acordo de subcontratação (cf. n.º 4 do artigo 274.º do Regulamento Delegado (UE) 2015/35 da Comissão de 10 de outubro de 2014), os termos da subcontratação resultarão do clausulado entre as partes, pelo que se elimina a referida expressão. Acresce que se considerou que a subcontratação deve ser tratada em sede da norma regulamentar sobre o sistema de governação, pelo que se suprimiu a correspondente alínea.

3.8 Foi igualmente questionado se para cumprimento do disposto na **alínea g) do n.º 1 do artigo 3.º**, se deve equiparar o atuário responsável a uma função-chave e, em caso positivo, se é necessário juntar o contrato de subcontratação caso as funções de atuário responsável sejam exercidas por entidade externa.

Relativamente a esta questão, cumpre esclarecer que são funções-chave aquelas as que são determinadas por lei como tal, designadamente as funções de gestão de riscos, de verificação do cumprimento, de auditoria interna e atuarial, bem como outras funções que confirmem influência significativa na gestão da empresa de seguros ou de resseguros e que esta ou a ASF como tal qualifiquem, atendendo à natureza, dimensão e complexidade dos riscos inerentes à respetiva atividade [cf. alínea z) do n.º 1 do artigo 5.º do RJASR].

Por sua vez, ao atuário responsável é-lhe atribuído, ao invés, um papel de certificador (correspondente à emissão de uma opinião de índole atuarial), independente face a funções operacionais, em especial face à função atuarial, sobre a adequação às disposições legais, regulamentares e técnicas aplicáveis do cálculo das provisões técnicas, dos montantes recuperáveis de contratos de resseguro e de entidades com objeto específico de titularização de riscos de seguros e das componentes do requisito de capital de solvência relacionadas com esses itens (cf. n.º 2 do artigo 77.º do RJASR). Em face do exposto, para efeitos do cumprimento

da alínea g) do n.º 1 do artigo 3.º projeto de norma regulamentar, não se deve equiparar o atuário responsável a uma função-chave.

4. Exercício transitório de funções antes do registo

Numa das respostas sugeriu-se que se definisse na norma regulamentar o prazo em que a ASF deve decidir da autorização para o exercício transitório de funções antes do registo. Considera a ASF que, de facto, se justifica clarificar este prazo no regulamento, o qual foi explicitado no **artigo 4.º**.

5. Alterações supervenientes

5.1 Uma das entidades sugeriu que no caso de uma pessoa já se encontrar registada ou ter estado registada junto da ASF, não tendo decorrido o prazo de cinco anos previsto no artigo 8.º e não tendo existido alteração dos factos subjacentes à informação prestada, os procedimentos de registo para uma nova função fossem agilizados e simplificados ou mesmo dispensados.

Ainda que a ASF entenda não ser possível a dispensa da solicitação de registo para exercício de nova função ou em entidade distinta, considera que é possível reduzir os ónus administrativos impostos ao requerente nessa situação, exigindo apenas os elementos que tenham sofridos alterações desde a data do requerimento do registo anterior ou se exigíveis por se tratar de registo para exercício de função distinta e/ou em entidade distinta. Esta alteração foi acolhida por via de alteração do **artigo 5.º** da norma regulamentar.

5.2 Foi referido não resultar claro do **artigo 5.º** se, em caso de recondução, está em causa apenas o envio de informação atualizada sobre a adequação das pessoas sujeitas a registo ou se está implícito um processo de nova autorização. Considera a ASF que nas situações de recondução não se verifica um novo processo de autorização, mas sim a comunicação de informação atualizada que permita à ASF aferir da manutenção superveniente da adequação avaliada no processo de registo inicial e que, em caso de avaliação negativa, determina a aplicação de uma das medidas previstas no n.º 3 do artigo 45.º do RJASR.

5.3 Em correspondência com sugestão nesse sentido, clarificou-se na redação final da norma regulamentar que os elementos previstos nas **alíneas c) a f) do n.º 1 do artigo 3.º** devem acompanhar o requerimento apenas se tiverem sofridos alterações desde a data do requerimento do registo anterior ou se exigíveis por se tratar de registo para exercício de função distinta e/ou em entidade distinta [cf. **atual alínea c) do n.º 1 do artigo 5.º**].

5.4 Relativamente à acumulação de cargos ou funções dos membros do órgão de administração ou fiscalização uma das entidades questionou se, para o cumprimento do disposto na **alínea a) do artigo 7.º do projeto de norma regulamentar (artigo 6.º na versão atual)**, no caso de exercício de funções em várias entidades sujeitas à supervisão da ASF, o requerente deverá juntar cópia da ata de reunião do órgão de administração de uma ou de todas as entidades nas quais exerce funções.

Neste caso, entende a ASF que, se o interessado pretende exercer nova função noutra sociedade, mas já exerce funções em várias entidades sujeitas à supervisão da ASF, deverá juntar cópia da ata de reunião do órgão de administração de todas as entidades em causa, assim comprovando que as mesmas tomaram conhecimento da acumulação pretendida.

5.5 Por outro lado, no que respeita ao cumprimento do disposto na **alínea b) do artigo 7.º do projeto de norma regulamentar [artigo 6.º na versão atual]**, questionou-se o que se deve entender por “elementos necessários”, nomeadamente se a apreciação da acumulação de cargos ou funções pretendida deve resultar e circunscrever-se às secções 4 e 7 do questionário e aos requisitos de disponibilidade constantes da tabela II do anexo II.

Entende a ASF que, de facto, do preenchimento do questionário já resultarão as informações essenciais que permitem avaliar a inexistência de riscos graves de conflito de interesses ou de falta de disponibilidade para o exercício do cargo, podendo a entidade, caso assim o entenda, prestar esclarecimentos adicionais que concorram para essa avaliação, designadamente no ponto 4.4. do questionário, e podendo igualmente a ASF solicitar esclarecimentos adicionais caso as informações sejam insuficientes ou gerem dúvidas. Nestes termos, foi eliminado o teor da alínea b) do artigo 7.º da redação final da norma regulamentar.

5.6 No tocante à mesma disposição [exigência de envio do relatório de reavaliação da pessoa sujeita a registo, nos termos do n.º 8 do artigo 66.º do RJASR], solicitaram-se

esclarecimentos sobre se deverão ser consideradas todas e quaisquer alterações supervenientes (como, por exemplo, a simples alteração do contacto ou morada do requerente) ou apenas aquelas que possam impactar o resultado do relatório de avaliação anterior.

Ora, para a aferição da noção de “alterações supervenientes” para este efeito, importa ter em conta o disposto no n.º 8 do artigo 66.º do RJASR, o qual esclarece que as empresas de seguros ou de resseguros apenas reavaliam a adequação das pessoas identificadas no n.º 1 do artigo 65.º do RJASR quando, ao longo ao longo do respetivo exercício de funções, ocorrerem circunstâncias supervenientes que possam determinar o não preenchimento dos requisitos exigidos.

No mesmo sentido, dispõe o n.º 1 do artigo 45.º do RJASR, o qual considera como “factos supervenientes ao registo” aqueles que possam afetar os requisitos de idoneidade, qualificação profissional, independência ou disponibilidade da pessoa registada, nos mesmos termos em que estes deveriam ter sido ou seriam comunicados para efeitos da apresentação do pedido de registo.

Deste modo, para efeitos do cumprimento do disposto na **alínea b) do artigo 6.º do projeto de norma regulamentar [alínea b) do artigo 7.º na versão atual e com diferente formulação]**, apenas deverá proceder-se ao envio do relatório de reavaliação da pessoa sujeita a registo, nos termos do n.º 8 do artigo 66.º do RJASR, quando ocorram circunstâncias que contendam com o resultado do relatório de avaliação anterior, os quais possam, designadamente, determinar o não preenchimento dos requisitos previstos no n.º 3 do artigo 65.º do RJASR.

Já no que se refere às alterações a reportar nos termos da alínea a) do artigo 6.º [alínea a) do artigo 7.º na versão atual], as mesmas são mais abrangentes, na medida em que se pretende que a autoridade de supervisão disponha de informação atual sobre todas as informações que foram prestadas no questionário, independentemente de terem impacto na apreciação do preenchimento dos requisitos de registo.

6. Regime transitório

No que concerne ao regime transitório previsto no projeto de norma regulamentar, os comentários recebidos saúdam o facto de não se aplicar o regime consagrado no mesmo aos requerimentos que se encontrem pendentes de decisão da ASF à data da respetiva entrada em vigor. No entanto, solicitam-se esclarecimentos quanto à articulação entre o regime transitório previsto no projeto de norma regulamentar e aquele que se encontra previsto no artigo 30.º da Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro, e designadamente se às pessoas que já se encontram registadas é exigível qualquer procedimento adicional para além da eventual comunicação de alterações, se for caso disso.

Deste modo, cumpre esclarecer que:

a) As pessoas sujeitas a registo nos termos do artigo 43.º do RJASR e da alínea b) do n.º 2 do artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 12/2006, de 20 de janeiro, que em 1 de janeiro de 2016 ainda não se encontravam registadas, devem proceder ao registo junto da ASF no prazo de dois meses após a publicação da norma regulamentar em apreço, caso ainda não o tenham feito;

b) As pessoas sujeitas a registo nos termos do artigo 43.º do RJASR e da alínea b) do n.º 2 do artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 12/2006, de 20 de janeiro, que em 1 de janeiro de 2016 se encontravam registadas mantinham esse registo até à data da cessação do mandato vigente nessa data, o qual pode ter cessado no período que mediou entre 1 de janeiro de 2016 e a data da publicação da presente norma regulamentar, tendo determinado o respetivo novo registo;

c) As pessoas que se registaram junto da ASF no período decorrido entre 1 de janeiro de 2016 e a data da publicação da presente norma regulamentar, não necessitam de se submeter a novo processo de registo, dado que nesse registo, ainda que efetuado de acordo com os procedimentos definidos na Norma Regulamentar n.º 16/2010-R, de 11 de novembro, já foram avaliados os requisitos de adequação fixados no atual regime legal. No entanto, devem, em caso de recondução ou registo superveniente, apresentar os elementos previsto no artigo 3.º e é-lhes aplicável o regime previsto para as alterações subsequentes ao registo e a renovação periódica da informação, o que foi clarificado no artigo 9.º;

d) Por último, quanto ao disposto no n.º 3 do artigo 30.º da Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro, o mesmo refere-se à avaliação dos requisitos de qualificação e de idoneidade das

peessoas para as quais é exigível a sua verificação para o exercício de funções (mesmo que não sujeitas a registo), que deveria ser efetuada no prazo de três meses após a data de produção de efeitos daquela lei.

Ora, o estatuído no n.º 3 do artigo 30.º da Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro, independe da obrigação de registo. Assim, caso após a publicação da norma regulamentar em apreço, as pessoas cujas qualificação e idoneidade foram avaliadas nos termos do n.º 3 do artigo 30.º da Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro, ainda não se encontrem registadas, estando sujeitas a essa obrigação nos termos do artigo 43.º do RJASR e da alínea *b)* do n.º 2 do artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 12/2006, de 20 de janeiro, devem as mesmas registar-se junto da ASF até dois meses após a referida publicação.

7. Anexo I — Questionário sobre a adequação das pessoas que dirigem efetivamente a entidade, a fiscalizam ou são responsáveis por funções-chave e do atuário responsável

7.1 Uma vez que a informação recebida ao abrigo do presente normativo contempla dados pessoais que serão objeto de tratamento por parte da ASF, as duas entidades respondentes manifestaram preocupação relativamente à necessidade de assegurar que o consentimento para o referido tratamento de dados pessoais corresponde a uma manifestação de vontade livre, específica, informada e explícita do seu titular, bem como de explicitar a finalidade específica de recolha da informação em causa. Ainda nesta matéria, uma das entidades respondentes alertou para o facto de, na secção 6 do questionário, relativa à idoneidade, se proceder à recolha de dados pessoais sensíveis, para cujo tratamento é necessária autorização da CNPD, tendo ainda questionado sobre a previsão de uma declaração para recolha de consentimento para este efeito.

Relativamente a esta questão, importa notar que a ASF dispõe de autorização legal para proceder ao tratamento de dados pessoais considerados sensíveis nos termos do n.º 1 do artigo 7.º da Lei n.º 67/98, de 26 de outubro, quando esse tratamento seja indispensável ao exercício das atribuições legais que lhe estão cometidas e à proteção dos interesses dos tomadores de

seguros, segurados, participantes e beneficiários (cf. n.º 1 do artigo 32.º da Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro).

No entanto, tal autorização não obsta a que a ASF cumpra o disposto na Lei n.º 67/98, de 26 de outubro e que entenda de acolher as propostas por via da elaboração de uma declaração a aditar ao questionário, pela qual o titular dos dados pessoais dá o seu consentimento, de forma inequívoca, ao respetivo tratamento por parte da autoridade. Por outro lado, explicita-se que a finalidade de recolha dos elementos solicitados no questionário respeita à avaliação do cumprimento pelo interessado dos requisitos de adequação legalmente exigidos para efeitos de registo junto da ASF e informa-se sobre a possibilidade de troca das informações recolhidas por esta autoridade com outras entidades nacionais ou estrangeiras, nos termos do previsto nos artigos 33.º e seguintes do RJASR.

7.2 Foi solicitado esclarecimento sobre se a indicação do NIPC e do LEI (cf. **ponto 1.2 do questionário**) é cumulativa ou alternativa. A consagração do dever de obtenção do “*Legal Entity Identifier*” (LEI) não decorre do presente normativo, mas de futura regulamentação a emitir pela ASF nesse âmbito, pelo que a redação da questão será clarificada nesse sentido. No entanto, caso a entidade já o tenha obtido, designadamente, junto de uma Unidade Operacional Local, deve prestar essa informação.

7.3 Numa das respostas foi reputado como particularmente complexo determinar, em número de horas por semana, quanto tempo um membro de um órgão de direção ou de supervisão prevê dedicar ao exercício do cargo (cf. **ponto 4.3 do questionário**). Entende a ASF muito relevante obter informação que permita avaliar a disponibilidade para o exercício das funções para as quais se pretende o registo. No entanto, reconhecendo que para determinadas funções possa ser difícil concretizar um número determinado de horas de exercício, admite-se que seja indicado um número médio de horas afetas a tal função, alterando--se este campo do questionário em conformidade.

7.4. Outro dos comentários recebidos refere-se à respetiva **secção 6 do questionário**, relativa ao requisito de idoneidade das pessoas sujeitas a registo, no qual se alude à extensão e dificuldade de preenchimento da referida secção, bem como à indefinição quanto à natureza das ações judiciais de que se deve dar conhecimento à ASF, tendo em consideração que todas as

entidades estão frequentemente sujeitas à interposição de ações judiciais na gestão corrente do seu negócio.

Face ao comentário em apreço, importa dar nota de que a secção 6 do questionário foi elaborada tendo por base a necessidade de obter comprovação do cumprimento das exigências ao nível do requisito de idoneidade consagradas no artigo 68.º do RJASR, encontrando-se alinhado com o questionário relativo à idoneidade constante dos pontos 3-A, 3-B e 4-B da secção I do anexo I da Norma Regulamentar n.º 3/2016-R, de 12 de maio, relativa aos elementos e informações que devem acompanhar a comunicação prévia dos projetos de aquisição, de aumento e de diminuição de participação qualificada em empresa de seguros ou de resseguros e em sociedade gestora de fundos de pensões e a comunicação da constituição de ónus ou encargos sobre participação qualificada em empresa de seguros ou de resseguros e em sociedade gestora de fundos de pensões.

No entanto, a ASF reconhece a pertinência do comentário relativo às ações judiciais, na medida em que não se pretende captar todas as ações judiciais cíveis que naturalmente decorrem da atividade prosseguida pela entidade, mas apenas as que, conforme dispõe a alínea *h)* do n.º 2 do artigo 68.º do RJASR, possam ter um impacto significativo sobre a solidez financeira da pessoa em causa. Por conseguinte, foi aditada esta ressalva às instruções referentes à secção 6 do questionário.

7.5 Outro dos esclarecimentos solicitados reporta-se ao sentido que deverá ser atribuído à referência a “vantagens particulares”, constante do **ponto 7.8 da secção 7 do questionário**. Verifica-se que o referido ponto 7.8 decorre expressamente do disposto na alínea *a)* do n.º 1 do artigo 414.º-A do Código das Sociedades Comerciais (CSC), aplicando-se, enquanto incompatibilidade, aos membros do órgão de fiscalização. Não obstante, entendeu a ASF de estender a questão igualmente aos membros do órgão de administração, ao revisor oficial de contas e ao atuário responsável, já não enquanto motivo de incompatibilidade, mas enquanto elemento de informação a ponderar para efeitos de verificação da respetiva independência.

A menção a “vantagens particulares” deve ser entendida como abrangendo benefícios conferidos pela entidade na qual a pessoa vai exercer a função sujeita a registo que não

correspondem às contrapartidas usuais de relação profissional ou comercial das quais sejam parte.

7.6 Com referência à proposta de manutenção de “indicações de preenchimento”, à semelhança das constantes da Norma Regulamentar n.º 16/2010-R, de 11 de novembro, constatando-se que tais indicações resultam agora do teor do próprio articulado ou são efetuadas em paralelo com as respetivas secções do questionário, a ASF optou por não as aditar.

7.7 Foram efetuadas alterações pontuais que, conforme sugestões efetuadas, clarificam as questões colocadas.

8. Anexo I — Apreciação coletiva de órgãos colegiais

Uma das entidades considerou que a tabela com os elementos de avaliação relativa à tomada de decisão (incluída na matriz de apreciação coletiva pela instituição dos órgãos de administração e fiscalização constante do anexo à Instrução n.º 12/2015, do Banco de Portugal) é indispensável para aferir as competências, qualificações e experiência necessárias ao exercício das funções, pelo que questionou se essa alteração seria introduzida pela ASF ou se este aspeto ficaria à discricionariedade das entidades.

Ainda que o anexo II da norma regulamentar *sub judice* adote como modelo a matriz constante do anexo à Instrução n.º 12/2015, do Banco de Portugal, a ASF procurou ajustá-lo ao setor segurador e de fundos de pensões e, sendo possível, simplificá-lo, designadamente quando a informação em causa poderá ser inferida de outras das questões. No entanto, caso a entidade adote um modelo próprio, nada obsta a que sejam introduzidas novas questões ajustadas à política interna de avaliação da adequação.